



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ 27.142.694/0001-58

PET: 16153/2024

FLS:

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº001/2025

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ANCHIETA E A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA
PRAIA DE GUANABARA - ACPG.**

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº 27, 142,694/0001-58, com sede na Rodovia do Sol, nº 1.620, Ponta dos Castelhanos, Anchieta/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LEONARDO ANTONIO ABRANTES** doravante denominado **PERMITENTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e a **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PRAIA DE GUANABARA - ACPG**, associação privada, inscrita no CNPJ sob nº 08.191.932/0001-70, com sede na Rua dos Caranguejos, snº, Bairro Praia de Guanabara, Anchieta/ES, neste ato representado por seu presidente, o **Sr. JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA SANTIAGO**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, assinam o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL**, a título precário, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O local trata-se de um centro de convivência, que tem uma área externa composta por piso intertravado em todo o pátio com espaços gramados com arbustos, passeio em concreto ao redor da edificação, e rampa de acesso. O muro é pintado e tem grades que compõem a fachada que variam de comprimento, conforme projeto, tem um portão de ferro de abrir frontal de 3 m e dois de correr na garagem, com mais um portão individual de 2 m. Conta com um salão amplo com dois cômodos, uma cozinha e um banheiros masculino e feminino. A fachada da edificação é composta por paredes emassadas e pintadas, portões em ferro fundido de correr. O interior do espaço é composto por paredes emassadas e pintadas, piso cerâmico, um palco de 5,20x 1,90m com desnível de +0,42 m, revestido com piso cerâmico. o ambiente é composto por dois cômodos, sendo o quarto 01 com 8 m² e janela de alumínio e vidro de 2 x 1/ 1,10m peitoril, e o quarto 02 com 2 m² com uma basculante de 0,50 x 1/1,10m peitoril, ambos os cômodos com porta de madeira de 0,80m, uma cozinha com 7 m², toda com revestimento cerâmico até a laje, uma pia de granito de 1,42x0,55 e uma bancada de granito auxiliar de 1,35 x 0,47, uma basculante de 120x0,50x1,55 peitoril, e uma janela guilhotina de 1,84x 1 x 1,10 de peitoril, porta de madeira de correr de 0,80 m. É composto por uma circulação entre os banheiros com 7 m² com todas as paredes com revestimento cerâmico e uma basculante de 1,20 x 0,50x 1,55 peitoril, bancadas em granito com cubas embutidas e espelhos, dois banheiros, um banheiros masculino e um feminino, ambos com porta de madeira de 0,80 m, com revestimentos até o teto em todos os lados, com divisórias de granito e com portas em alumínio nas cabines que são duas em cada banheiro, duas basculantes de 0,50 x 1/1,55 de peitoril em cada banheiro. A varanda externa posterior é



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ 27.142.694/0001-58

PET: 16153/2024

FLS:

composta com uma pia de granito com duas cubas e revestimento cerâmico até 1,50 da parede, e tem uma mesa fixa de granito de 0,80x1,97 m. É coberto por laje. Aonde está locado uma caixa d'água. Todo o espaço é coberto por telha de fibrocimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL

O imóvel desta permissão de uso destinar-se-á, exclusivamente, ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao **CENTRO DE CONVIVÊNCIA**, para atendimento da comunidade, proporcionando um ambiente adequado para a realização de diversas atividades essenciais, tais como:

- Cursos;
- Aulas de artesanato;
- Aulas de teatro;
- Velórios e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

De acordo com a legislação aplicável, esta permissão de uso é concedida a PERMISSIONÁRIA em caráter eminentemente precário, pelo prazo de **02 (dois) anos, a partir de sua data de assinatura**, prorrogável por igual período e rescindível unilateralmente a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUARTA - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

É obrigação da PERMISSIONÁRIA manter e bem conservar o imóvel cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo tanto a área interna como externa e em bom estado, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda até a efetiva devolução.

CLÁUSULA QUINTA - MONTAGENS, CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS

É vedado a PERMISSIONÁRIA realizar construções, benfeitorias ou modificações sem a prévia e expressa autorização do PERMITENTE, devendo-se subordinar a montagem de equipamentos ou a realização de construções às autorizações expedidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo Primeiro: Após o término da permissão de uso, todos os elementos presentes no imóvel, como construções, benfeitorias, equipamentos e instalações, automaticamente reverterão ao Patrimônio do Município de Anchieta. A PERMISSIONÁRIA não terá direito a indenização ou retenção. No entanto, o PERMITENTE mantém o direito de exigir a reposição do imóvel à sua situação anterior.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ 27.142.694/0001-58

PET: 16153/2024

FLS:

Parágrafo Segundo: Os dispositivos materiais móveis, não mobilizados, instalados ou fixados e destinados ao uso da PERMISSIONÁRIA, permanecerão sob sua propriedade. A PERMISSIONÁRIA deverá indicar de forma precisa todos esses bens móveis relacionados ao seu uso. Essa relação será assinada pelas partes envolvidas. Somente os bens assim relacionados poderão ser removidos pela PERMISSIONÁRIA, mediante prévia e expressa autorização do Município de Anchieta.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

Obriga-se a PERMISSIONÁRIA a assegurar o acesso ao imóvel objeto da permissão aos servidores do Município de Anchieta, especialmente aqueles lotados na Gerência de Patrimônio e Fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÃO PARA COM TERCEIROS

O Município de Anchieta não será responsável por quaisquer compromissos e obrigações assumidos pela PERMISSIONÁRIA com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do imóvel objeto deste Termo. Da mesma forma o Município de Anchieta não será responsável por qualquer título que seja, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de ato da PERMISSIONÁRIA ou de seus empregados, subordinados, prepostos e contratantes.

CLÁUSULA OITAVA - OUTROS ENCARGOS

A PERMISSIONÁRIA fica obrigada a pagar quaisquer despesas, títulos, tarifas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram deste termo ou da utilização do imóvel. Bem como da atividade para qual a presente permissão lhe é concedida, inclusive encargos previdenciários e securitários, cabendo-lhe providenciar, especialmente, alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis.

A titularidade das contas de energia elétrica, água e esgoto do referido imóvel ficará sob responsabilidade da permissionária **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PRAIA DE GUANABARA - ACPG.**

Parágrafo Único: Não terá a PERMISSIONÁRIA direito a qualquer indenização, por parte do Município de Anchieta, no caso de denegação do licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.



CLÁUSULA NONA - RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DESTA PERMISSÃO

A PERMISSIONÁRIA reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si e sucessores:

- a) A desocupar área do imóvel e restituí-la ao Município de Anchieta, nas condições previstas na Cláusula Quarta, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do aviso que lhe for dirigido, sem necessidade de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) A não o usar senão com a finalidade prevista na Cláusula Segundo deste termo;
- c) A não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o imóvel objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes;
- d) A manter atualizados junto ao Município de Anchieta os endereços residenciais dos seus representantes legais, bem como por informar eventual alteração social da PERMISSIONÁRIA, sob pena de responderem os sócios, pessoalmente, pelo descumprimento da obrigação ora assumida.
- e) É vedado a comercialização de bebidas alcoólicas ou em garrafa de vidro;

CLÁUSULA DÉCIMA - FORÇA MAIOR

Em caso de incêndio ou ocorrência de qualquer outro motivo que venha a impedir total ou parcialmente o uso do imóvel para as finalidades a que se destina, poderá o Município de Anchieta, a seu exclusivo critério:

- 1) Considerar terminada a permissão de uso, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for.
- 2) Não considerar como integrante do prazo da efetiva utilização do imóvel o período do tempo equivalente ao das obras de restauração ou impedimento de uso, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE EVOLUÇÃO

Ocorrendo a extinção do prazo de permissão de Uso, o imóvel deverá estar desocupado no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos direitos assegurados ao Município de Anchieta. A PERMISSIONÁRIA ficará sujeito a multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) se, terminada a permissão de uso por qualquer das formas aqui previstas, não restituir o imóvel na data devida ou nas condições originariamente recebidas. A reconstituição do imóvel às condições originárias será de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA, podendo o Município de Anchieta, caso seja de seu interesse, tomar as providências cabíveis para tal finalidade, cobrando da PERMISSIONÁRIA as respectivas despesas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MULTAS

No caso de não cumprimento de qualquer exigência formulada pelo Município de Anchieta, ou de qualquer obrigação assumida no presente termo, ficará a PERMISSIONÁRIA, sujeito à rescisão do pleno direito deste termo, e as multas que forem impostas pelo Município de Anchieta, no valor de 10 (dez) e máximo de 100 (cem) UFMA.

Parágrafo Primeiro: A PERMISSIONÁRIA ficará sujeito à multa diária do valor equivalente a 10 (dez) UFMA, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e não restituir o imóvel na data do seu termo ou sem a observância das condições em que recebeu.

Parágrafo Segundo: A multa incidirá até o dia que o imóvel for efetivamente restituído retome aquelas condições originais, seja por providências da PERMISSIONÁRIA, ficando a PERMISSIONÁRIA também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizados para tal finalidade.

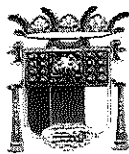
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REMOÇÃO DE BENS

Terminada a permissão ou verificado o abandono do imóvel pela PERMISSIONÁRIA, poderá o Município de Anchieta promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenha sido espontaneamente retirado do imóvel, sejam eles da PERMISSIONÁRIA ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratados ou terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os bens anteriores mencionados poderão ser removidos pelo Município de Anchieta para qualquer local, não ficando esta responsável por qualquer dano que ao menos sejam causados, antes, durante ou depois da remoção, nem pela sua guarda.

Parágrafo Segundo: Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o Município de Anchieta:

- 1) Doá-los, em nome da PERMISSIONÁRIA, a qualquer instituição de beneficência ou, quando do valor inexpressivo, deles dispor livremente.
- 2) Vendê-los ainda em nome da PERMISSIONÁRIA, devendo nesta hipótese, empregar a quantia recebida para ressarcimento de qualquer débito da PERMISSIONÁRIA para com o Município de Anchieta ou de despesas incorridas. Para a prática de atos supra, concede a PERMISSIONÁRIA, neste ato, ao Município de Anchieta, os poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestar contas.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO DE PLENO DIREITO

Sem prejuízo da natureza precária dessa permissão, o descumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer de suas obrigações, dará ao Município de Anchieta, o direito de considerar rescindido de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Rescindida a permissão, o Município de Anchieta, de pleno direito, reintegrar-se-á na posse do imóvel de todos os bens afetados a permissão inclusive com relação a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O PERMISSIONÁRIO será notificado dos despachos que lhe formulem exigências ou intimado das decisões proferidas, através de qualquer uma das seguintes formas:

- 1) Publicação no Diário Oficial do Estado, com a indicação do número do processo e o nome da PERMISSIONÁRIA;
- 2) Através do correio, mediante comunicação registrada e endereçada a PERMISSIONÁRIA, com aviso de recebimento (AR);
- 3) Pela ciência que, do ato, venha ter a PERMISSIONÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RITO PROCESSUAL

A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas ao Município de Anchieta e decorrentes do presente termo, far-se-á através de processo de execução.

Parágrafo Único: Por esta via, o Município de Anchieta poderá cobrar. Não apenas o principal devido, mas ainda juros de 1% (um por cento ao mês e correção pelo índice oficial).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

O presente termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 dias contados a partir de sua assinatura, por conta do Município de Anchieta. A publicação está condicionada à plena eficácia do mesmo.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ 27.142.694/0001-58

PET: 16153/2024

FLS:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Anchieta/ES para dirimir qualquer questão oriunda do presente termo ou de sua execução, renunciando a PERMISSONÁRIA, por si e seus sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha ter, por mais privilegiado que seja.

Anchieta/ES, 12 de Agosto de 2025.



Leonardo Antonio Abrantes- Prefeito

MUNICÍPIO DE ANCHIETA
PERMITENTE



Jose Alberto de Oliveira Santiago
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PRAIA DE GUANABARA - ACPGPERMISSONÁRIA

TESTEMUNHAS: 1- _____

2- _____

Executivo do Município de Anchieta;

Resolve:

Art. 1º Nomeia o (a) senhor (a) **JEAN CARLOS FERREIRA JESUS OLIVEIRA** para exercer as funções de **Assistente de Programas**, conforme referência CC- APG do Anexo III, da Lei nº 1737/2025, vinculado hierarquicamente a **Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de agosto de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1615895

PORTARIA Nº 1681/2025, DE 12 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre nomear servidor público.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; Considerando a Lei nº 1737/2025, que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Anchieta;

Resolve:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação prevista na Portaria nº 473 de 06 de março de 2025.

Art. 2º Nomeia o (a) senhor (a) **CINTIA GUEDES COSTA**, para exercer as funções de **Coordenador de Equipe Operacional de Trabalho Nível I - Escola de Governo**, conforme referência CC-CEI do Anexo III da Lei nº 1737/2025, vinculado hierarquicamente a **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas**.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº 473/2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de agosto de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1615900

PORTARIA Nº 1682/2025, DE 12 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre nomear servidor público.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município; Considerando a Lei nº 1737/2025, que dispõe sobre a nova estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Anchieta; e Considerando a necessidade de transição entre a antiga e nova estrutura do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º Nomeia o (a) senhor (a) **KARINY DOS SANTOS RODRIGUES** para exercer as funções de **Assessor Jurídico**, conforme referência CC-AJ do Anexo II, da Lei nº 1737/2025, vinculado hierarquicamente a **Procuradoria Geral do Município**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de agosto de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1615903

Termos

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANCHIETA E A ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA PRAIA DE GUANABARA - ACPG.

OBJETO: O imóvel desta permissão de uso destinar-se-á, exclusivamente, ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao CENTRO DE CONVIVÊNCIA, para atendimento da comunidade, proporcionando um ambiente adequado para a realização de diversas atividades essenciais, tais como: Cursos; Aulas de artesanato; Aulas de teatro; Velórios e outros.

VIGENCIA: 02 (dois) anos, a partir de sua data de assinatura

Processo: 16153/2024

Protocolo 1616031

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
GERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E
PATRIMÔNIO HISTÓRICO - GMCPH**

Resultado final do Edital de Chamamento Público de concessão onerosa do quiosque localizado no Centro Cultural "Thiago Bezerra Leite", localizado à avenida Carlos Lindemberg, s/nº.

Informo que a Comissão de Avaliação, designada para análise do Chamamento Público nº 001/2025, destinado à concessão onerosa de uso do quiosque localizado no Centro Cultural "Thiago Bezerra Leite", encaminhou o resultado final do processo de seleção para fins de homologação e publicação pela Gerência Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico - GMCPH.

Assim, foi classificada em **1º lugar a empresa CAFÉ RERIGTYBA LTDA**, CNPJ 44.332.718.0001-50, obtendo a pontuação final de 80 pontos, atendendo integralmente às exigências previstas no Edital de Chamamento Público.

Atenciosamente,

Anchieta, 20 de agosto de 2025.

Robson Mattos dos Santos
Gerente Municipal de Cultura e Patrimônio Cultural
Portaria 700/2025

Protocolo 1616035